

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DISLEXIA.

Mailanne Dantas- mailannebatista@gmail.com <https://orcid.org/0009-0009-1726-441X>

Docente do Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE). Graduação em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia - FTC. Especialização em Saúde Mental, Psicanálise Clínica e Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Jéferson Felipe Gagliato- educ.profgagliato@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-0649-6161>

Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia PPGEduC/UNEB. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana PPGE/UEFS. Docente e Coordenador Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão na Educação Básica e Docência Universitária (GEPIEDU) no Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE).

Resumo: O ambiente escolar deve oferecer ao aluno um sistema de integração que o acolha independente das suas limitações. A inclusão de alunos que possuam alguma necessidade especial deve ocorrer sem trauma e sem preconceito, pois o ambiente social da escola deve trazer ao aluno segurança para a vida. Esse artigo tem como objetivo discutir a inclusão escolar de um aluno disléxico na sala de aula, caracterizar inclusão dentro do ambiente escolar, aplicar o princípio da educação inclusiva, entender um pouco sobre a dislexia e traçar planos de inclusão para o aluno disléxico. Para isso foi utilizado um estudo bibliográfico de diversos autores que falam a respeito do assunto sempre com a vertente de inclusão. Entendendo o que a Lei de Diretrizes e Bases diz sobre o assunto que possa beneficiá-lo. O ambiente escolar deve ser isento de preconceito fazendo valer a lei de inclusão para que todos os alunos possam desenvolver as suas habilidades com acesso à educação e possibilidade de desenvolver de forma correta o seu conceito de cidadania. Para isso a escola deve desenvolver o seu papel social atendendo às diversidades e abrindo o leque de conhecimento aos alunos para desenvolvimento de suas habilidades.

Palavras Chave: Educação. Dislexia. Inclusão.

Abstract: The school environment should provide the student with an integration system that the independent uphold its limitations. The inclusion of students who have a special need should occur without trauma and without prejudice, as the school social environment should bring the student security for life, this article aims to discuss the school inclusion of a dyslexic student in the classroom, characterize inclusion within the school environment, apply the principle of inclusive education, to understand a little about dyslexia and make plans for inclusion in the student disléxico. Para it was used a bibliographic study of several authors who speak aa the subject always shed inclusion. Understanding the Law of Guidelines and Bases says on the subject that can benefit you. The school environment should be free from bias enforcing the law of inclusion so that all students can develop their skills with access to education and opportunity to develop properly the concept of citizenship. For this school should develop its sociais role given the diversity and opening the range of knowledge to students to develop their skills.

Keywords: Education. Dyslexia. Inclusion.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, depois da família, constitui uma das primeiras redes sociais da criança, onde o desenvolvimento acontece de forma gradual e constante, objetivando sua inserção na vida em sociedade. Contudo, ainda há desafios significativos na inclusão de alunos com dislexia, uma condição neurológica que afeta a leitura, a escrita e a compreensão textual. A necessidade de compreender e implementar estratégias pedagógicas que favoreçam o aprendizado desses estudantes é essencial para garantir uma educação equitativa e acessível a todos.

A inclusão escolar deve acolher todas as pessoas, independentemente de cor, raça, classe econômica ou dificuldades acadêmicas. Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, resultou na Declaração de Salamanca, que estabelece princípios fundamentais para um sistema educacional verdadeiramente inclusivo. Entre esses princípios, destaca-se o direito de toda criança à educação, considerando suas características individuais e necessidades específicas de aprendizagem. Dessa forma, quando cada aluno recebe suporte adequado, seja por meio de práticas pedagógicas adaptadas, do envolvimento dos professores ou da participação ativa dos familiares e colegas, há uma contribuição direta para uma sociedade mais inclusiva, alcançando o ideal de educação para todos.

Entretanto, o processo de inclusão de alunos nas escolas regulares ainda apresenta dificuldades, especialmente no que se refere à postura das instituições de ensino, que frequentemente inserem apenas aqueles que demonstram um acompanhamento satisfatório do aprendizado tradicional. No caso dos alunos disléxicos, a dificuldade em serem plenamente integrados ao contexto escolar decorre da própria natureza do transtorno, que envolve desafios na soletração, na escrita e na leitura. Assim, é necessário compreender a possibilidade de inclusão desses estudantes no ensino regular, de modo que suas especificidades sejam respeitadas e trabalhadas por meio de estratégias pedagógicas eficazes.

Diante deste cenário, este estudo tem como objetivo discutir a inclusão escolar de alunos disléxicos na sala de aula, analisando os obstáculos enfrentados e propondo alternativas para a construção de um ambiente educacional acessível. Para isso, busca-se caracterizar o conceito de inclusão no ambiente escolar, aplicar os princípios da educação inclusiva, listar conhecimentos essenciais sobre a dislexia e traçar planos para a implementação de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem desses alunos.

A inclusão escolar vai além de uma simples matrícula na rede de ensino. Ela envolve a

reestruturação dos métodos pedagógicos, a conscientização da comunidade escolar e o fortalecimento do papel da sociedade na adaptação e no acolhimento desses estudantes. Ao desenvolver uma abordagem inclusiva, respeitando as particularidades da dislexia e promovendo um aprendizado adequado, o sistema educacional contribui para a valorização dos indivíduos e para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, onde todos têm acesso igualitário ao conhecimento e ao desenvolvimento acadêmico.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Muito se tem falado em educação para todos, mas a educação além de ser para todos necessita-se que haja respeito pela diversidade, pois nem todos aprendem da mesma forma e com os mesmos métodos, há uma grande necessidade de respeito às diferenças, para que o aprendizado possa ser eficaz. Já está claro que cada pessoa tem uma forma de aprender, não sendo esta forma melhor ou pior, mas apenas diferente, pois cada indivíduo tem uma capacidade própria, e sendo a escola um dos primeiros convívios sociais do indivíduo cabe a ela abrir as portas para o conhecimento através de metodologias e práticas que possam trazer luz ao entendimento do aluno regular.

A educação inclusiva ganhou destaque em todo o mundo inclusive no Brasil após a Declaração de Salamanca (UNESCO 1994), o assunto passou a ser discutido como uma providência efetiva a ser tomada. Passou a haver um maior interesse embora ainda não suficiente sobre o assunto, onde o tema da inclusão foi abordado e de lá até os nossos dias alguns avanços aconteceram.

De forma efetiva ela teve início nos Estados Unidos através da lei 94.142 de 1975. Para Mendes (2006), a necessidade de integração escolar começou com os movimentos sociais da década de 1960, na luta pelos direitos humanos. A partir de 1968, já era possível se encontrar crianças com deficiência estudando nas classes regulares na Suécia. Houve também a criação de classes especiais no sistema municipal de ensino naquele país. (UNESCO, 1968).

Figueiredo (2009) afirma que a educação infantil é a porta de entrada para a inclusão escolar, e de fato assim o é, pois a criança sendo inserida cedo na escola à adaptação para todos se torna mais fácil. O ideal é que a educação inclusiva sendo um processo social aconteça não como um favor a criança com deficiência, mas como um direito a ela concedido.

Essa inclusão não pode ser considerada um incômodo, mas um processo de aprendizagem que necessita de recursos e métodos a serem postos em prática. Carvalho (apud Gomes, 2009,) menciona que esse processo não é impossível, pode ser perfeitamente posto em prática com professores capacitados, ambiente adequado, a chamada acessibilidade e o necessário apoio político, da sociedade e da família que necessita ter interesse no progresso da criança e não tratá-la como inválida ou inativa.

Citando Stainback e Stainback (1999),

A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos” – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.

A Constituição Federal estabelece como fundamento a dignidade da pessoa humana e também a cidadania, estabelecendo todo cidadão brasileiro como tendo direito à educação e a exercer o seu papel na sociedade sendo amparada a qualidade de acesso e permanência na escola (art 206) e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 reza o que se interpreta como educação especial, “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (LEI DE DIRETRIZES E BASES Nº9394/96, Capítulo V, Art.58. A palavra inclusão advém do verbo incluir, originado do latim *includere*, correspondendo a inserir, introduzir, acrescentar ou abranger. Seria equivalente ao verbo incluir a frase "colocar também" (Roquette, 1928).

O termo se refere à conduta de inserir alguém ou alguma coisa em algum lugar, para que faça parte do processo, tratando-se da Educação inclusiva o termo se refere à aceitação de todos dentro do processo de educação. Muitos são os desafios que pessoas com dislexia encontram ao ingressarem numa escola regular. É sabido que cada caso contém sua especificidade e que poucas ou talvez nenhuma escola regular esteja realmente preparada para atender todas as limitações. Por essa razão é necessário que a escola avalie todos os recursos materiais e humanos disponíveis. É imprescindível que adaptações aconteçam, e dentro das possibilidades todos os esforços devem ser empreendidos (MANTOAN, 2003).

Um dos mais abrangentes documentos a respeito dos direitos das pessoas com deficiência e a educação inclusiva foi a declaração de Salamanca que aconteceu como resultado Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais foi promovida pelo governo espanhol em colaboração com a Unesco onde o assunto principal foi a inclusão dos excluídos no processo educacional a começar pelas atribuições dos Direitos Humanos e onde ficou estabelecido que a Educação é direito de todos e a escola deve se adaptar para que o aluno tenha educação de qualidade e não o aluno se adaptar a escola para conseguir seu aprendizado, e que também o ensino deve ser de forma a promover o bem estar geral dos alunos.

Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...).

Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...). Nessa Conferência estiveram presentes 92 governos, 25 organizações internacionais a Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura - UNESCO concordando com a Declaração de Salamanca o Brasil fez a opção por um sistema educacional inclusivo, comprometendo-se então a adequar as suas escolas de forma a ter condições de receber as crianças com deficiência física. Nesse contexto pode-se dizer que a Declaração de Salamanca chegou para oficializar a proposta de uma nova escola com educação inclusiva, analisando o papel da escola para as pessoas que possuem necessidades especiais e o princípio a seguir que seria o de Educação para todos. Assim está escrito na Declaração de Salamanca:

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.4).

3. DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM

Cada ser humano tem sua própria dinâmica de aprendizado, sua forma de absorver as informações e seus meios de entender os fatores que o cercam, sendo um processo que acontece de forma natural no desenvolvimento do ser humano. Segundo Larry Silver (apud Oliveira) o processo existe e está dividido basicamente em quatro fases: Começando pelo registro da informação no cérebro, seguida da etapa de entendimento da informação, ou seja, um processamento da mesma, armazenamento da informação e em algum momento a utilização da informação armazenada. E esse processo de aprendizagem acontece a qualquer momento da vida humana.

De acordo com Caraher: “Uma criança sadia, ao ingressar na escola, já sabe falar, compreende explicações, reconhece objetos e formas desenhadas e é capaz de obedecer a ordens complexas. Não há razão para que ela não aprenda também a ler”. (2002, p. 7).

Kirk (1962) define dificuldade de aprendizagem da seguinte forma:

Uma dificuldade de aprendizagem refere-se a um retardamento, transtorno ou desenvolvimento lento em relação ao processo da fala, linguagem, escrita, leitura, aritmética ou outra área escolar resultante de uma deficiência causada provavelmente por uma disfunção cerebral, alteração emocional ou de conduta não sendo resultado de retardamento mental de privações sensoriais ou fatores culturais.

O que torna a dificuldade de aprendizagem um grande transtorno é o baixo desempenho que se observa em quem a possui trazendo avarias ao desenvolvimento do discente. Sisto (2001) traz a informação que a dificuldade de aprendizagem pode ser caracterizada de duas formas;

permanente quando apresenta características genéticas causadas por algum tipo de deficiência, ou transitória quando aparece em algum momento da vida escolar sem vínculo com a genética sendo objeto de estudo mais apurado do processo de aprendizagem.

Partindo do princípio que todo ser humano nasce com vontade de aprender e construir conhecimento, Bossa (2000) diz que a aprendizagem e a construção do conhecimento são processos naturais e espontâneos da espécie humana e quando a aprendizagem não acontece uma lei da natureza está sendo violada e é necessário entender o que está acontecendo para que a vida possa seguir o seu curso natural. Assim sendo, toda dificuldade de aprendizagem deve ser tratada e pesquisada em suas fontes para que se entenda as raízes e se faça meios de superar as barreiras que elas venham a apresentar na obtenção de conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, garantiu o direito dos "alunos com necessidades educativas especiais" à educação, estabelecendo em seu Artigo 88 que para integrá-los esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação.

4. DISLEXIA

Em se tratando de aprendizagem nem todos reagem de forma natural e normal no processo, dificuldades de toda ordem podem surgir e dentre ele destacamos a dislexia. Reinhold Berlin em 1884 foi o primeiro a conceituar a dislexia e a abrir campo para os demais conceitos a respeito do assunto, “condição que ocorria quando uma pessoa de inteligência normal tinha dificuldades em ler”. A palavra em sua origem vem do latim Dis, distúrbio e lexia, linguagem, leitura. Ou definindo de forma branda, a dislexia é um transtorno de linguagem. Embora haja muitos gênios que são disléxicos, o problema acarreta algumas situações que geram dificuldades no desenvolvimento.

Desde os primeiros anos da vida escolar é necessário notar se existe algum impedimento ao aprendizado, tipo a dislexia. Uma criança que apresente o problema pode ser considerada preguiçosa, por desenvolver uma baixa autoestima em relação aos colegas e perder o interesse pela leitura, portanto o professor necessita estar atento aos sinais para entender as necessidades do aluno. Shaywitz (2006) diz que o conhecimento da dislexia, faz com que o educador evite problemas futuros e desnecessários para os seus alunos.

Já Porto (2009) acrescenta que a dislexia é uma dificuldade específica de aprendizado da linguagem expressiva e receptiva, não uma doença, mas uma maneira peculiar de funcionar do cérebro. Não tem cura, mas existem formas de amenizar o problema. Shaywitz (2006) ainda diz que a dislexia foi citada a mais de cem anos quando um garoto brilhante de Seanford apresentou problemas de memorização de palavras, mas não tinha nenhuma dificuldade em relação aos números, sendo identificado esse problema como cegueira verbal. Por volta de 1920 se entendeu que a dislexia nada tinha a ver com o oftalmológico, mas sim uma disfunção no cérebro, sendo então de origem linguística e não visual. Calafange (2004) diz que “o termo dislexia é aplicável a uma situação”⁷⁸

na qual a criança é incapaz de ler com a mesma facilidade com a qual leem seus iguais, apesar de possuir uma inteligência normal, saúde e órgãos sensoriais intactos, liberdade emocional, motivação e incentivos normais, bem como instrução adequada.” De acordo com Davis (2004, p.38), a dislexia pode ser definida como,

(...) um tipo de desorientação causada por uma habilidade cognitiva natural que pode substituir percepções sensoriais normais por conceituações; dificuldades com leitura, escrita, fala e direção, que se originam de desorientações desencadeadas por confusões com relação aos símbolos. A dislexia se origina de um talento perceptivo.

Existem algumas teorias que tentam explicar as causas da dislexia e sua origem sendo que as que mais se destacam são as três seguintes na visão de Telles (2004).

Teoria do Déficit Fonológico: De acordo com esta hipótese, a dislexia é causada por um déficit no sistema de processamento fonológico motivado por uma “disrupção” no sistema neurológico cerebral, ao nível do processamento fonológico. Este déficit fonológico dificulta a discriminação e processamento dos sons da linguagem, a consciência de que a linguagem é formada por palavras, as palavras por sílabas, as sílabas por fonemas e o conhecimento de que os caracteres do alfabeto são a representação gráfica desses fonemas. (...). Para que um texto escrito seja compreendido tem que ser lido primeiro, isto é, decodificado. **Teoria do Déficit de Automatização:** Referida teoria afirma que a dislexia é caracterizada por um déficit generalizado na capacidade de automatização. Os disléxicos manifestam evidentes dificuldades em automatizar a decodificação das palavras, em realizar uma leitura fluente, correta e compreensiva. (...). **Teoria Magno celular:** A Teoria Magnocelular atribui a dislexia a um déficit específico na transferência das informações sensoriais dos olhos para as áreas primárias do córtex. Segundo a teoria, as pessoas com dislexia tem baixa sensibilidade face a estímulos com pouco contraste, com baixas frequências espaciais ou altas- frequências temporais. Esta teoria não identifica, nem faz quaisquer referências, a déficits de convergência binocular.

Teoria do déficit fonológico, onde a dislexia é causada por um déficit fonológico, onde a pessoa não consegue distinguir com perfeição os sons causando uma deturpação no aprendizado. A **Teoria do defice de automatização,** onde se explica que os disléxicos tem uma grande dificuldade em entender os sons das palavras, em realizar uma leitura fluente e correta. A **teoria magnocelular** atribui a dislexia a uma falha na informação entre a área dos olhos e a área do cérebro. O desconhecimento dessas causas tem levado a caminhos incorretos de intervenções sem qualquer resultado interessante.

5. O DISLÉXICO E O AMBIENTE ESCOLAR

A escola é um ambiente necessário ao desenvolvimento do ser humano para as situações da vida diária. Nela, a criança começa já ensaiar os seus primeiros passos para uma vida mais saudável socialmente. Para que isso aconteça o educador necessita ter sensibilidade necessária para

acompanhar o processo de aprendizagem de forma a detectar qualquer dificuldade que possa se apresentar um impedimento ou empecilho à vida do aluno, pois esses transtornos poderão mais adiante serem grandes desconfortos a vida psicológica, social e até emocional do aluno.

Sendo detectada alguma disfunção tipo a dislexia, ela deve ser encarada como uma dificuldade a ser contornada e não como um transtorno para a escola ou para o educador. Ao longo do tempo, o professor tem assumido vários papéis e modalidades de acordo com a caracterização que lhe atribuem e a época em que vive; tendo sido facilitador, transmissor de cultura e orientador cabendo a ele a tarefa de agregar valor as informações transmitidas de forma inteligente ao docente.

Incluir um aluno disléxico no ambiente escolar é um desafio que a escola não pode se excluir, pois a escola é feita para todos, embora em suas metodologias, formas de avaliação e acompanhamento claramente não foram feitas para alunos disléxicos, mas sua inclusão está orientada por textos normativos e devem ser obedecidos. A Lei 9.394 de 1996 (Lei de diretrizes e bases da Educação) diz que a escola deve prever meios para recuperação de alunos com pouco rendimento escolar e o artigo 23 da mesma lei permite a escola organizar a educação básica em ciclos, grupos não seriados, ou outra forma de organização de acordo com o critério estabelecido e desenvolvido pela escola.

A escola também pode recomendar acompanhamento pelos profissionais competentes tipo fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, para um desenvolvimento melhor do aluno e tratá-lo com naturalidade respeitando sempre os seus limites. Na verdade, não existe um método exato para a educação do aluno disléxico, mas o profissional de educação deve estar preparado para receber o disléxico sem preconceito, pois é ele apenas um aluno da classe, o fato de ter a dislexia não o torna um incômodo, ajudando a se integrar com os outros alunos da classe. Jannuzzi (2004) diz que o método educativo no Brasil para pessoas especiais é voltado para o diferente o que sugere um pouco de preconceito para com o aluno, o que dificulta o aprendizado.

A escola necessita proporcionar aos alunos novas experiências de aprendizado que ele possa levar para a vida, e não pode deixar os alunos disléxicos à margem desse aprendizado, sendo responsabilizada pelos seus aparentes fracassos em se enquadrar no nível comum de aprendizado, que pode tornar a sua experiência escolar um trauma que ele levará para a vida inteira.

Ulbra (2008) diz que a dislexia é o distúrbio de maior incidência na sala de aula, entre os vários distúrbios de aprendizado existentes. E Pain (1978) acrescenta que a dislexia ocorre em várias classe sociais e em pessoas com diversos níveis de inteligência, desde as analfabetas até as que possuem nível superior, por ser um problema de origem constitucional.

6. DISLEXIA E O AMBIENTE FAMILIAR

A família é responsável pelo desenvolvimento da criança, desde os seus primeiros dias,

é nela, que a criança encontra as primeiras motivações para a vida, e consegue estímulos para o convívio em sociedade. Paciência, compreensão e apoio são necessários para que a autoestima do pequeno seja desenvolvida a ponto de superar as dificuldades da vida. Tratando-se de uma criança disléxica, muito carinho e apoio serão necessários para que os talentos naturais e adquiridos sejam desenvolvidos sem que haja a barreira da fala.

Regra geral os pais não costumam ter um devido acompanhamento na vida dos filhos, e muitas vezes desconhecem o que acontece na sala de aula. Sally (2006) diz que a devida importância deve ser dada ao filho disléxico pelos pais por apresentarem condições de o ajudarem da melhor forma, se possível comprando material educativo, acompanhando o seu momento de aprendizagem e o deixando seguro de que é amado e que ele consegue superar as dificuldades. A criança só se sentirá segura de si, e entenderá que tem capacidade de ir adiante se tiver o apoio e a segurança dos pais. E deles muito dependerá quem o disléxico será no seu dia a dia e na vida em sociedade.

METODOLOGIA

O intuito desse artigo é utilizar fontes confiáveis para o estudo desse assunto através da pesquisa bibliográfica, onde os autores nos mostram de forma linear a expansão do assunto ao longo do tempo. Essa pesquisa bibliográfica teve seu embasamento teórico em livros, periódicos, leis e artigos pesquisados, o que de acordo com Oliveira (2007), tem por objetivo o contato direto com obras, artigos e documentos que farão com que tenhamos uma maior proximidade do tema em estudo. Os principais autores pesquisados foram Sisto, Porto e Jannuzzi, e as Declarações de Salamanca que foram de fundamental importância para o entendimento do assunto além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão enriquece a escola e quem dela participa, pois todos são membros das comunidades e tem o mesmo grau de importância. A melhor ideia é que o processo tenha início ainda na infância onde haverá menos barreiras a serem transpostas devido à adaptação natural dos infantis. E deve ficar claro que a escola tem a obrigação de receber essas crianças sem impor critérios ou recusa.

Trazer a criança com dislexia condições de frequentar o ensino regular já vai trazê-la para um nível de inclusão no decorrer da sua vida, para isso, ela necessita de acessibilidade de informações e de condições de inserção no ensino regular.

É importante frisar que a inserção da criança com dislexia ainda no início do processo

escolar trará a ela mais benefícios que em idade mais avançada, pois facilita todo o contexto da educação. Para isso a escola necessita dispor de profissionais qualificados para o atendimento dos disléxicos tratando em condições que possam trazer a eles o pleno desenvolvimento de suas habilidades e conhecimentos.

Entendendo que não há impedimento para que um aluno disléxico possa frequentar o ensino regular e dele fazer uso, desde que a metodologia utilizada pela escola lhe proporcione condições de aprendizagem entendendo que no seu tempo e no seu modo ele vai alcançar o desenvolvimento necessário dentro do contexto da leitura e do conhecimento pedagógico.

Para os autores estudiosos no assunto nunca é tarde para que um disléxico possa alcançar um nível equilibrado na leitura, e para isso a utilização de métodos adequados, atenção, e conhecimento pedagógico pode auxiliar na velocidade de seu aprendizado, não é um transtorno que seja superado com o tempo, mas deve ser trabalhado para que não seja um impedimento à vida social e até acadêmica.

Já existem vários métodos para que o disléxico alcance um melhor nível de compreensão da linguagem e para isso a escola é a melhor ferramenta para que o disléxico possa corrigir na medida do possível o problema apresentado e ter um equilíbrio de uma vida normal, até porque o problema frequentemente tende a desaparecer ao longo da vida adulta.

Entendendo então que o disléxico é uma pessoa normal apenas com dificuldade na questão pedagógica, mas com capacidade de desenvolvimento, com a saúde, órgãos perfeitos e emoções naturais como qualquer outro ser humano.

REFERÊNCIAS

BOSSA, NADIA A. **Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** Porto Alegre: ArtMed, 2000.

CAFALANGE, Selene. **Dislexia...Ou Distúrbio da Leitura e da Escrita?**.Disponível em: <<http://www.eduk.com.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

CARRAHER, Terezinha Nunes (org). **Aprender Pensando**. Petrópolis. Vozes, 2002.
Kirk S.A (1962) A importância da leitura,43 Edição São Paulo , Cortez 1962

DAVIS, Ronald D. **O dom da dislexia**. Rio de Janeiro: Rocco. 2004

FIGUEIREDO, R. V. **A educação infantil e a inclusão escolar**. Heterogeneidade, cultura e educação. Revista Brasileira de Educação, Brasília: SEE,.2009.

JANNUZZI, G, A, **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. A Educação do deficiente no Brasil, Campinas SP 2004.

MANTOAN, M. T. C. **Inclusão escolar: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**.

In:BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Ensaio pedagógicos. Brasília: MEC/SEE, 2005, p.203-208.

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB** 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

OLIVEIRA, M.A.C. **Intervenção psicopedagógica na escola** – Curitiba: IESDE, 2004.

PORTO, O Psicopedagogia **Institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico** .3. ed. Rio de Janeiro: Wak , 2009.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura**. Trad. sob a direção de Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SISTO, Fermino Fernandes; ZUCOLOTO, Karla Aparecida. **Dificuldades de Aprendizagem em Escrita e Compreensão em Leitura**. In. *Interação em Psicologia*, 2002, 6(2), p.157-166.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 10 de agosto. 2016.